



Revista de Educação e Pesquisa em

Contabilidade

E-ISSN: 1981-8610

repec@cfc.org.br

Academia Brasileira de Ciências

Contábeis

Brasil

DE SOUZA, MARCOS ANTONIO; GOMES MACHADO, DÉBORA; BIANCHI, MÁRCIA

Um perfil dos programas brasileiros de pós-graduação stricto sensu em Contabilidade

Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade, vol. 5, núm. 2, mayo-agosto, 2011,

pp. 67-95

Academia Brasileira de Ciências Contábeis

Brasília, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=441642774005>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc



Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

UM PERFIL DOS PROGRAMAS BRASILEIROS DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM CONTABILIDADE

A PROFILE OF BRAZILIAN STRICTO SENSU OF POST-GRADUATION PROGRAMS IN ACCOUNTING

UN PERFIL DE LOS PROGRAMAS BRASILEÑOS DE POS GRADO *STRICTO SENSU* EN CONTABILIDAD

MARCOS ANTONIO DE SOUZA

Doutor em Controladoria e Contabilidade, FEA/USP

Professor do Curso de Mestrado em Ciências Contábeis, UNISINOS

marcosas@unisinos.br

DÉBORA GOMES MACHADO

Doutoranda em Contabilidade e Administração, Universidade Regional de Blumenau

(FURB) Mestre em Ciências Contábeis, UNISINOS

Professora do Curso de Graduação em Ciências Contábeis, FURG

debora_furg@yahoo.com.br

MÁRCIA BIANCHI

Doutoranda em Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Mestre em Ciências Contábeis, UNISINOS

Professora do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais, UFRGS

marcia.bianchi@ufrgs.br

RESUMO

O objetivo do estudo é investigar alguns dos principais aspectos dos programas brasileiros de pós-graduação em Contabilidade (VENTURINI et al., 2008; MACCARI, 2008;

MURCIA, BORBA e AMBRÓSIO, 2007; AXT, 2004; LINS, ALMEIDA e BARTHOLO JUNIOR, 2004), níveis mestrado e doutorado. Esses cursos têm apresentado um expressivo crescimento na última década (68% no período 2000 a 2008), justificando um estudo consolidando esse processo. Trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva, de natureza quantitativa e documental. Os dados foram obtidos no 2º semestre de 2008 e início de 2009 nos sítios da Capes e de 17 dos 19 programas existentes. Os principais resultados são: (a) predominância de oferta pelas Instituições de Ensino Superior (IES) federais e concentração nas regiões Sudeste e Sul do País; (b) 12 dos 19 programas analisados foram criados nesta década, caracterizando cursos em processo de consolidação e maturidade; (c) a existência de apenas um curso de doutorado consolidado e outros dois em início de atividades é a principal restrição para avanços mais significativos nessa área de conhecimento; (d) evidenciou-se baixa quantidade de docentes titulados na área, o que é mais um gargalo a ser superado para obtenção de maiores avanços; (e) isto também ocorre na formação docente de pós-doutorado em Contabilidade; (f) a maior parte dos cursos e dos periódicos por eles editados carecem de melhor avaliação pela Capes; (g) parece claro que há ainda um longo caminho a percorrer no sentido de transformar a pós-graduação em Contabilidade como uma consolidada área de conhecimento. Apesar desses aspectos desfavoráveis, há uma positiva evidência na área que é a criação da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Contabilidade (Anpcont), já com seu congresso em terceira edição, agora internacional.

Palavras-chave: Pós-Graduação; Contabilidade; Professores. Avaliação de Cursos em Contabilidade.

ABSTRACT

The present study aims at investigating some of the main aspects of the Brazilian post-graduation programs in Accounting (VENTURINI et al, 2008; MACCARI, 2008; MURCIA, BORBA and AMBRÓSIO, 2007; AXT, 2004; LINS, ALMEIDA and BARTHOLO JUNIOR, 2004), at the masters and PhD levels. These courses have shown an expressive growth in the last decade (68% in the period from 2000 to 2008), justifying a study consolidating this process. This is a quantitative and documentary exploratory and descriptive research. The data was collected during the second semester of 2008 and beginning of 2009, from the Capes web sites and from the 17 of the 19 existing programs. The main results are: (a) predominance of offer by federal universities, an concentration in the south and southeast regions of the country; (b) 12 of the 19 programs examined were created in the present decade, characterizing courses in the process of consolidation and maturity; (c) the existence of only one PhD consolidated course and other two beginning their activities is the main restriction to more significant

advances in this area of knowledge; (d) it was evident the low number of professors holding degrees in the area, which is another bottleneck to be overcome in order to achieve better results; (e) this also occurs in the post-doctoral teaching level in Accounting; (f) most part of courses and the journals edited by them need a better evaluation by Capes; (g) it seems clear that there is still a long way to run to make post-graduation in Accounting a consolidated area of knowledge. Despite these unfavorable aspects there is another positive evidence in the area which is the establishment of the National Association of the Post-Graduation Programs in Accounting (ANPCONT), its congress on the third edition, now at an international level.

Keywords: Post-Graduation; Accounting; Professors; Accounting Programs Evaluation.

RESUMEN

El objetivo del estudio es investigar algunos de los principales aspectos de los programas brasileños de pos grado en Contabilidad (VENTURINI et al, 2008; MACCARI, 2008; MURCIA, BORBA y AMBRÓSIO, 2007; AXT, 2004; LINS, ALMEIDA y BARTHOLO JUNIOR, 2004), niveles de maestría y doctorado. Esos cursos han presentado un expresivo crecimiento en la última década (el 68% en el periodo de 2000 a 2008), lo cual justifica un estudio consolidado de ese proceso. Se trata de una investigación exploratoria y descriptiva, de naturaleza cuantitativa y documental. Los datos fueron obtenidos en el 2º semestre de 2008 y en el comienzo de 2009 en las estancias de la Capes y de 17 de los 19 programas existentes. Los principales resultados son: (a) predominancia de oferta por las IES (Instituciones de Enseñanza Superior) federales y concentración en la región sudeste y sur del país; (b) 12 de los 19 programas analizados han sido creados en esta década, caracterizando cursos en proceso de consolidación y madurez; (c) la existencia de tan solo un curso de doctorado consolidado y otros dos en comienzo de actividades es la principal restricción para avances más significativos en esa área de conocimiento; (d) se ha evidenciado una baja cantidad de docentes habilitados en el área, lo cual representa un cuello de botella más a superarse para la obtención de mayores avances; (e) esto también ocurre en la formación docente de pos doctorado en Contabilidad; (f) la mayor parte de los cursos y de los periódicos por ellos editados necesitan una mejor evaluación por la Capes; (g) parece evidente que todavía existe un largo camino a recorrer en el sentido de transformar el pos grado en Contabilidad en una consolidada área de conocimiento. A pesar de estos aspectos desfavorables, existe una positiva evidencia en el área, que es la creación de la Asociación Nacional de los Programas de Pos Grado en Contabilidad (ANPCONT), con su congreso ya en su tercera edición, actualmente internacional.

Palabras clave: Pos Grado; Contabilidad; Profesores. Evaluación de Cursos en Contabilidad.

1. INTRODUÇÃO

Em sentido geral, evolução pode ser entendida como uma busca primordial do processo de existência do ser humano, cuja aplicação não encontra restrições quanto à sua abrangência e profundidade. Levando em consideração o âmbito da gestão do conhecimento, tal busca reveste-se em uma estratégia sustentável para a eficácia da aprendizagem na captação do conhecimento (PIETROBON, 2006). Em consequência dessa busca e fruto de sua ação ao longo do tempo, na forma de um processo de melhoria contínua, tem-se a maturidade e a consolidação do conhecimento estabelecido no PNPG 2005-2010 (CAPES, 2004). Essa busca de avanços e consolidação está contemplada no Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG), desenvolvido no âmbito do Ministério da Educação, conforme a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES, 2004). Este documento (PNPG 2005-2010) tem como princípio norteador que as conquistas realizadas pelos sistemas devem ser preservadas e aprimoradas.

A necessidade de avanços no desenvolvimento do conhecimento, sob a ótica do atendimento às exigências de mercado, foi abordada no estudo de Drucker (1999). Essa visão de Drucker (1999) também está considerada pela Capes (2004, p. 8) quando afirmar que “Cabe à pós-graduação a tarefa de produzir os profissionais aptos a atuarem nos diferentes setores da sociedade e capazes de contribuir, a partir da formação recebida, para o processo de modernização do País”.

Oliveira (2001) destaca que um dos desafios da ciência é desenvolver capacidade de refletir e teorizar sobre as práticas em questão para, assim, construir conhecimentos teóricos. A autora acrescenta que o caminho da investigação científica é o mais comum para a construção de teorias. Carvalho e Kaniski (2000) também seguem essa linha de raciocínio, abordando a concepção da revolução científica, ou crise de paradigmas, caracterizada pelas mudanças conceituais, de visão de mundo e da insatisfação com os modelos vigentes.

É nesse âmbito que se insere a relevância das atividades da academia, pois, conforme apresentado em estudo da Capes (2004, p. 8), “os dados disponíveis demonstram, sobremaneira que é no interior do Sistema Nacional de Pós-Graduação que, basicamente, ocorre a atividade científica e tecnológica brasileira”.

As incumbências e relevâncias da atuação da pós-graduação, de acordo com o que destaca a Capes (2004), têm contado, em particular, com a evolução dos Programas de Pós Graduação (PPG) em Contabilidade. Entende-se, neste estudo, que há a necessidade de documentar alguns aspectos da realidade desses programas, de forma a situar a sua evolução. Pode-se inclusive, a partir daí, estabelecer bases para futuras avaliações e, possivelmente, gerar informações que possibilitem direcionar políticas e estratégias tanto na esfera governamental como no âmbito específico dos respectivos programas e/ou associações que os representem.

É com tal objetivo que se propõe este estudo, ou seja, mediante a análise de alguns indicadores específicos, posicionar o desenvolvimento da pós-graduação stricto sensu em Contabilidade. Acredita-se que, com este objetivo, é possível gerar informações úteis para responder a questões mais específicas como aquelas apresentadas no parágrafo anterior.

O desenvolvimento do estudo está pautado, além desta introdução, em uma revisão de literatura relativa aos PPGs em Contabilidade no Brasil. Na sequência, são expostos os aspectos e procedimentos metodológicos que demarcam esta pesquisa e a apresentação e análise dos dados, encerrando-se com as conclusões do estudo.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1. Aspectos Gerais da Pós-Graduação no Brasil

A discussão, apreciação e avaliação das atividades acadêmicas em nível de pós-graduação têm sido objeto de análises ao longo do tempo, as quais vão desde uma abordagem geral até a mais específica de determinadas áreas de conhecimento.

Tavares (2000), ao tratar da reforma universitária realizada na década de 1970, enfatiza que esta teve como pilares a organização em departamentos, a derrubada das cátedras, a adoção do regime de dedicação exclusiva e a implantação da pós-graduação. Para o autor, a criação da pós-graduação com papel integrado à pesquisa científica talvez tenha sido o fato mais relevante da evolução da universidade brasileira desde a sua criação.

Ainda nesse âmbito geral da pós-graduação, Borges (2008) destaca que a formação quantitativa e a qualitativa de recursos humanos especializados é uma das etapas mais importantes para o amadurecimento de determinada área do conhecimento. Borges acrescenta que, nesse aspecto, os cursos de pós-graduação desempenham um papel estratégico. É nesse processo que a Capes, como agente da política de ensino superior e com base na reforma e consolidação do regulamento da pós-graduação, por meio do Parecer 977/1965, ganha novas atribuições para intervir na qualificação do corpo docente (CURY, 2005).

A par dessas análises macro da pós-graduação, diversos estudos específicos têm sido desenvolvidos. Brocksom e Andrade (1997), por ocasião dos 20 anos de existência da Sociedade Brasileira de Química, discutem a evolução da pós-graduação nessa área, focalizando principalmente o período de 1990 a 1995. No âmbito dos programas de pós-graduação em Nutrição, Castro et al. (2007) destaca indicadores positivos da formação de docentes e de profissionais com atuação em empresas, assim como da produção científica. Os autores enfatizam a importância e necessidade de uma ação integrativa dos programas de pós-graduação como instrumento de fortalecimento da área e como forma de vencer os desafios, superando assimetrias regionais entre as diferentes áreas de formação.

O estudo de Borges (2008) trata da pós-graduação no estudo da biodiversidade e aborda os estudos desenvolvidos com temas ornitológicos, realçando a produção no perío-

do de 1970 a 2005, de 397 dissertações de mestrado e 108 teses de doutorado, envolvendo 43 instituições brasileiras. Após consultar mais de 80 cursos de pós-graduação nas áreas de Zoologia, Ecologia, Biologia Animal, Agronomia, Engenharia Florestal, entre outros, Borges (2008) enfatiza os desafios decorrentes da necessidade de ampliação dos programas e da contínua diversificação temática dos estudos ornitológicos.

Por fim, agora na área da Saúde, Minayo (2009) trata da avaliação da pós-graduação em saúde coletiva. O objetivo foi promover uma avaliação da pós-graduação brasileira na área, compreendendo o período de 1997 a 2007. Nessa avaliação, há a preocupação em focalizar essa área de conhecimento como parte da política para o desenvolvimento científico e tecnológico do SUS.

A exemplo desses estudos relatados, outros também têm sido realizados a respeito da pós-graduação em Contabilidade. É esse o conteúdo apresentado na sequência.

2.2. Aspectos da Pós-Graduação em Contabilidade no Brasil

A pós-graduação em Contabilidade no Brasil tem sido marcada por momentos especiais, particularmente em função da comemoração dos 30 anos do primeiro curso de doutorado — e até há bem pouco tempo (2007) o único no Brasil — oferecido pelo Departamento de Contabilidade e Atuária da FEA/USP.

A respeito disso, Martins e Iudícibus (2007) expressam o caminho do PPG em Contabilidade da FEA/USP, representado por 445 dissertações no mestrado e 154 teses no doutorado. Além disso, tem-se nesse estudo de Martins e Iudícibus (2007) um abrangente relato envolvendo as áreas que as pesquisas percorreram, acompanhando e/ou antecipando tendências de mercado, ou mesmo oferecendo direcionamentos doutrinários para dar suporte a futuras tendências.

Esse caminho precursor explorado pelo PPG da USP continua sendo o principal alimentador das condições de formação docente que viabilizam a formação de outros programas em ambos os níveis de mestrado e doutorado. Apenas recentemente dois outros cursos de doutorado (UnB em 2007 e FURB em 2008) foram recomendados pela Capes (CAPES, 2009).

Entre os incentivos para a expansão da pós-graduação em Contabilidade, tem-se o explícito apoio financeiro dado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A regulação desse programa de apoio está formalizada pelas Resoluções 878/00, 883/00 e 1006/04. Uma das principais justificativas centra-se no objetivo em viabilizar a titulação de professores (mestres e doutores), dadas as determinações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, cujo não cumprimento pode levar ao possível fechamento de cursos de Contabilidade (CFC, 2009).

Destaca-se, também, o papel da pós-graduação na formação de docentes que supram necessidades e provoquem melhorias no ensino de Contabilidade nos cursos de graduação (CRUZ et al, 2009; LEITE FILHO e RODRIGUES et al, 2005; Peleias et al, 2007).

2.2. Avaliação de Estudos Científicos em Contabilidade

Pesquisa sobre o tema revela que estudos direcionados à avaliação da produção científica em Contabilidade têm sido desenvolvidos sob as mais diversas esferas. Entre eles, tem-se Oliveira (2002), que focaliza a análise das características de periódicos brasileiros de Contabilidade no período de 1990 a 1999. Além de abordar a reduzida quantidade de periódicos e sua fragilidade na forma de acesso oferecida, Oliveira (2002) destacava que temas considerados atuais e importantes naquela época (Contabilidade e Mercado de Capitais, Contabilidade Social e Ambiental) ainda careciam de mais pesquisas.

Borba e Murcia (2006) também fazem sua pesquisa, desta vez com base em periódicos científicos de Contabilidade publicados em língua inglesa. Além de enfatizar diversos indicadores de qualidade dessas publicações, os autores destacam a contribuição do estudo em segmentar suas temáticas, o que pode ser de grande utilidade para os pesquisadores. Há também a contribuição em despertar o interesse deles para a internacionalização da pesquisa, principalmente naquele momento de recente criação da Anpcont e do aumento do número de cursos de mestrado e doutorado em Contabilidade.

A análise da pesquisa em Contabilidade do setor público é o objetivo do estudo de Reis et al. (2007). Baseado nos trabalhos apresentados em dois congressos da área (EnANPAD e Congresso USP), os autores constatam que: (1) é a região Nordeste é a que mais apresenta trabalhos; (2) há predominância na abordagem da Contabilidade Gerencial; (3) predomina a esfera governamental municipal; e (4) é baixa a quantidade de trabalhos do setor público em relação ao total apresentado nos eventos pesquisados.

O estudo de Cardoso, Pereira e Guerreiro (2007) trata do perfil das pesquisas em Contabilidade de Custos no âmbito dos congressos da Anpad, no período de 1998 a 2003, o qual enfatiza o crescimento quantitativo da apresentação de trabalhos observando, entretanto, que, no aspecto qualitativo, ensejam melhora, sobretudo quanto ao rigor dos procedimentos metodológicos de coleta de dados por meio de questionários e da profundidade dos estudos de caso. Finalizam questionando a qualidade da contribuição dessas pesquisas.,

Outros estudos foram desenvolvidos visando analisar a produção científica da pós-graduação em Contabilidade. Como exemplo, Riccio, Sakata e Carastan (2002) traçaram um perfil da pesquisa contábil nas universidades brasileiras no período de 1962 a 1999, com base nas dissertações e teses defendidas nos PPGs da FEA/USP, PUC-SP, FGV e UERJ. Moriki e Martins (2003) analisaram o referencial bibliográfico de teses e dissertações sobre Contabilidade e Controladoria defendidos nos PPGs da FEA/USP e PUC-SP. Ao final do estudo, Moriki e Martins (2003) concluem, em função da fraqueza das referências bibliográficas utilizadas, haver fortes evidências de que boa parte da produção científica da área de Ciências Contábeis era de qualidade duvidosa. Por fim, tem-se o estudo de Beuren, Bogoni e Fernandes (2008) no qual é feita a análise das abordagens da controladoria nas dissertações de PPGs em Ciências Contábeis. As conclusões desse estudo apontam

para a falta de consenso sobre a definição de controladoria, seu objeto de estudo e relacionamento com outras ciências. Além disso, há também grande diferenciação no escopo de atividades da controladoria elencadas pelas dissertações.

2.3. Aspectos da Pós-Graduação em Contabilidade nos EUA

Dada a representatividade dos EUA no ensino de Contabilidade, inclusive no nível de doutorado, optou-se por apresentar algumas das características da estrutura adotada nesse país como um parâmetro para análise da realidade brasileira. Tal representatividade é comprovada pela existência de 85 cursos de doutorado e aproximadamente 1.500 doutores formados (MURCIA, BORBA e AMBROSIO, 2007; AAA e AAPLG, 2005).

O primeiro destaque a ser ressaltado é quanto ao processo institucional de credenciamento e avaliação de cursos. Contrariamente ao que ocorre no Brasil, nos EUA, não há um controle institucional de governo para os cursos de doutorado em Contabilidade. Conforme esclarece Aft (2002), naquele país o reconhecimento é um processo não governamental de revisão pelos pares. As instituições periodicamente se submetem a um voluntário processo de avaliação para verificar se os cursos estão atingindo os padrões de qualidade definido. Diante da validade e da importância dadas pelo mercado a esse tipo de credenciamento, as instituições participam desse processo como uma forma de assegurar sua competitividade.

Para os cursos de Administração e Contabilidade, a entidade criada para essas avaliações é a *Association to Advance Collegiate Schools of Business* (AACSB), uma associação sem finalidades de lucro, formada por instituições de ensino, cuja missão é promover o contínuo aperfeiçoamento da qualidade da gestão educacional. Ela foi fundada em 1916 e, em 1919, estabeleceu padrões para os cursos de administração. Em 1980, passou a adotar padrões adicionais para avaliação e reconhecimento de programas de mestrado e doutorado em Contabilidade (AACSB, 2009).

Conforme abordado no estudo de Maccari (2008), o portfólio de produção intelectual dos docentes adotados pela AACSB é bastante amplo, a saber: (a) revisão de artigos; (b) relatório de pesquisa; (c) livros; (d) capítulos de livros; (e) trabalhos publicados em anais de congressos; (f) trabalhos apresentados em congressos; (g) seminários; (h) artigos em periódicos científicos; (i) publicação de casos para o ensino; (j) relatório técnico de projetos de pesquisa; (k) softwares para o ensino; (l) material que descreve o desenho e implementação de novos currículos e cursos.

Ainda de acordo com Maccari (2008) na avaliação, realizada a cada cinco anos, é possível verificar que prevalece uma abordagem qualitativa da produção intelectual docente, agrupada da seguinte forma: (a) pesquisas; (b) contribuições para a prática; (c) disciplinas baseadas em conteúdos inovadores. Com referência às publicações em periódicos científicos, os professores de doutorado têm a meta de duas publicações no período de avaliação.

3. ASPECTOS METODOLÓGICOS

3.1. Classificação da Pesquisa

Dado que esse estudo objetiva caracterizar alguns aspectos do estágio de desenvolvimento em que se encontra a pós-graduação *stricto sensu* da área de Contabilidade, sua classificação, quanto aos objetivos, enquadra-se como uma pesquisa exploratória e descritiva, conforme definição de Gil (1999). Ele elucida que as pesquisas exploratórias são desenvolvidas para que se tenha uma visão geral de determinado fato; já as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno.

3.2. Universo e Amostra da Pesquisa

O universo correspondente à população total da pesquisa é composto pelos 19 programas brasileiros de pós-graduação em Contabilidade ou áreas correlatas — como Controladoria —, níveis de mestrado e doutorado. A amostra do estudo compreende 17 programas, dado o descarte dos PPGs da UFES e UFAM, conforme justificado na seção 4 desse estudo.

O pré-requisito para ser considerado na pesquisa é de que o PPG esteja oficialmente credenciado pela Capes.

3.3. Definição das Variáveis

A identificação das variáveis utilizadas nesse estudo passou, basicamente, por três fases. A primeira, com a participação exclusiva dos autores do estudo, envolveu a leitura de obras pertinentes ao tema (dentre elas, destacam-se: AAA e AAPLG, 2005; AACSB, 2009; AXT, 2004; CAPES, 2009; JONAS *et al*, 2008; MACCARI, 2008; MURCIA, BORBA e AMBROSIO, 2007; OLIVEIRA, 2002) e análise da estrutura da plataforma *lattes*, surgindo como consequência a definição e classificação inicial, na forma de proposta, de 45 possíveis variáveis de análise. A segunda fase envolveu a participação de oito docentes, escolhidos pelo critério de exercerem a função de coordenador de PPGs em Contabilidade, opinando sobre quais variáveis deveriam ser utilizadas. A terceira e última fase compreendeu a catalogação das variáveis mais indicadas na fase anterior. Ao final, foi obtida a definição de 25 variáveis, sendo utilizada somente parte dessas, dada sua grande quantidade, dando-se preferência, em sua destacada maioria, àquelas mais objetivamente relacionadas à atuação docente. A parte restante — mais centrada no perfil da produção dos docentes e discentes, formação quantitativa de mestres e doutores, temáticas privilegiadas nas dissertações e teses e perfil do egresso — será utilizada em outros estudos que serão desenvolvidos pelos mesmos autores desse estudo sobre o tema.

3.4. Coleta e Tratamento dos Dados

A coleta dos dados deu-se, primordialmente, pela consulta aos sítios dos PPGs e da Capes, realizada durante o segundo semestre de 2008 e início do primeiro semestre de 2009.

Isso conduz à caracterização da pesquisa como documental (GIL, 1999), tendo por fonte os relatórios disponibilizados nesses sítios.

Os dados foram tratados de forma quantitativa, fazendo-se uso da estatística descritiva, principalmente de porcentagens (RICHARDSON, 1999). Essa abordagem quantitativa, no entendimento de Raupp e Beuren (2003), é frequentemente aplicada nos estudos descritivos.

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

O sítio da Capes identifica a existência de 19 PPGs de Contabilidade reconhecidos. Apesar de todos os esforços, não foi possível conseguir, na época da coleta de dados, contato com os representantes do PPG da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), além da inexistência, naquela época, de informações apropriadas em seu sítio. Quanto ao curso da UFES, ele foi constituído em 2007 e ainda funciona na modalidade de Associação Temporária com a UFRJ, com prazo até 2015. Dessa forma, a amostra utilizada corresponde aos demais 17 PPGs.

Os dados do Quadro 1 indicam que 8 (42%) dos 19 cursos de mestrado receberam da Capes a nota três, a mínima exigida para obter o reconhecimento oficial. A única IES com nota seis, a máxima alcançada pelos PPGs atuais, é de origem pública estadual (FEA/USP). Isso é consistente com o fato de que 12 (63%) dos 19 programas foram criados nesta década que está se encerrando, ou seja, a partir de 2000. Assim, apesar das contribuições do PPG da FEA/USP, apresentadas por Martins e Iudícibus (2007), é possível constatar que a área, como um todo, está ainda em fase inicial de portar os atributos necessários para atingir com plenitude os objetivos considerados pela Capes (2004).

Quadro 1 – Programas recomendados de pós-graduação em Contabilidade

Ordem	Instituição (Sigla)	Localização	Início	Modalidade	Capes	
					M	D
1	FUCAPE	Vitória / ES	2001 (M); (2010 (D)	Acad/Profis	4/5	4
2	FURB	Blumenau / SC	2002 (M); 2008 (D)	Acad/Profis	4/4	4
3	PUC-SP	São Paulo / SP	1978	Acadêmico	3	
4	UERJ	Rio de Janeiro / RJ	1991	Acadêmico	3	
5	UFAM	Manaus / AM	2007	Profissional	3	
6	UFBA	Salvador / BA	2006	Acadêmico	3	
8	UFES	Vitória / ES	2007	Acadêmico	3	
9	UFC	Fortaleza / CE	2003	Acad/Profis	3	
10	UFMG	Belo Horizonte / MG	2006	Acadêmico	4	
11	UFPE	Recife / PE	2008	Acadêmico	3	

12	UFPR	Curitiba / PR	2005	Acadêmico	3	
13	UFRJ	Rio de Janeiro / RJ	1998	Acadêmico	4	
14	UFSC	Florianópolis / SC	2004	Acadêmico	4	
15	UNB (UFPB, UFRN)	Brasília / DF	2000 (M); 2007 (D)	Acadêmico	4	4
16	UNIFECAP	São Paulo / SP	1999	Acadêmico	4	
17	UNISINOS	São Leopoldo / RS	1999	Acadêmico	4	
18	UPM	São Paulo / SP	2008	Profissional	4	
19	USP-SP	São Paulo / SP	1970 (M); 1978 (D)	Acadêmico	6	6
	USP-RP	Ribeirão Preto / SP	2005	Acadêmico	4	

Fonte: Capes (2010) e sítios dos programas.

As três primeiras tabelas apresentadas na sequência envolvem a identificação geral dos PPGs, seja por Categoria Administrativa da IES (Tabela 1), Por Área Geográfica (Tabela 2) ou por Categoria Administrativa e Área Geográfica (Tabela 3).

Os dados da Tabela 1 mostram predominância de oferta de cursos pelas IES públicas, situado em 74% (14 entre 19), com destaque para as federais, com 53%. Esse é um quadro inverso ao que ocorre na oferta de cursos de graduação em Contabilidade, onde se sobressaem as IES privadas. O reconhecimento de que o ensino de pós-graduação tem menor atratividade econômica em relação ao ensino da graduação, conforme abordado por Dittadi e Souza (2009), pode explicar essa predominância das IES públicas.

Tabela 1 – Classificação dos PPGs por Categoria Administrativa

Categorias	Nº	%
Pública	14	73,7
Federal	10	52,6
Estadual	3	15,8
Municipal	1	5,3
Privada	5	26,3
Particular	2	10,5
C/C/F (*)	3	15,8
Total	19	100,0

Fonte: Dados da pesquisa

Nota: (*) Comunitária/Confessional/Filantrópica.

Quanto à localização geográfica das IES ofertantes dos cursos (Tabela 2), constata-se a alta concentração na região Sudeste, com nove cursos, equivalente a 47% do total. Essa prevalência não é nova e nem privilégio da Contabilidade. Conforme destacado por Tavares (2000), em análise dos cursos em geral, 80% das atividades científicas brasileiras estavam concentra-

das na região Sudeste, com boa parte em São Paulo. Depoimento idêntico é dado por Borges (2008), destacando que estudos da biodiversidade predominam na região Sudeste. No caso dos PPGs em Contabilidade, São Paulo abriga cinco dos 19 cursos. Se considerados de forma conjunta, as regiões Sudeste e Sul reúnem 13 cursos, correspondentes a 68% do total.

Tabela 2 – Classificação dos PPGs por Área Geográfica

Regiões	N	%
Centro-Oeste	1	5,3
Norte	1	5,3
Nordeste	4	21,0
Sudeste	9	47,4
Sul	4	21,0
Total	19	100,0

Fonte: Dados da pesquisa

Constata-se (Tabela 3) que somente na região Sudeste há equilíbrio quanto à categoria administrativa das IES, ou seja, 56% de federais (5 cursos) contra 44% (4 cursos) de privadas. Com exceção da região Sul, nas demais não há cursos oferecidos por IES privadas. A predominância dos cursos nas regiões Sul e Sudeste também pode ser observada pela concentração das IES públicas estaduais e municipais. Ou seja, essas categorias de instituição (privadas) são inexistentes nas demais regiões.

Tabela 3 – Classificação dos PPGs por Categoria Administrativa e Área Geográfica

Categorias \ Regiões	CO	NOR	NE	SUD	SUL	TOTAL
Pública	1	1	4	5	3	14
Federal	1	1	4	2	2	10
Estadual	0	0	0	3	0	3
Municipal	0	0	0	0	1	1
Privada	0	0	0	4	1	5
Particular	0	0	0	2	0	2
C/C/F	0	0	0	2	1	3
Total	1	1	4	9	4	19

Fonte: Dados da pesquisa

As IES públicas também são maioria nos níveis de cursos existentes. Nota-se (Tabela 4) que dos quatro cursos de doutorado três são por elas oferecidas, uma em cada esfera administrativa. Quanto aos cinco cursos de mestrado oferecidos pelas IES privadas,

identifica-se (Quadro 1) que dois deles são na modalidade profissional, o mesmo ocorrendo nas públicas.

Tabela 4 – Cursos dos PPGs – Mestrado e Doutorado – por categoria de IES

Categorias	Mestrado	Doutorado
Pública	14	3
Federal	10	1
Estadual	3	1
Municipal	1	1
Privada	5	0
Particular	2	1
C/C/F	3	0
Total	19	4

Fonte: Dados da pesquisa

O tempo de existência é um dos indicadores utilizados para avaliar a maturidade e consolidação dos PPGs (CAPES, 2004). Sobre isso, nota-se (Tabela 5) que dos 19 cursos de mestrado, oito (42%) existem há até cinco anos. O mesmo ocorre com três dos quatro cursos de doutorado, sinais evidentes do quanto recentes são os esforços das IES no desenvolvimento de cursos de PPG.

Esses dados ratificam o entendimento de que a área de conhecimento Contabilidade, em seu conjunto, ainda demanda um longo percurso para revestir-se como consolidada. Uma análise um pouco mais cuidadosa permite constatar, apesar do avanço verificado nos últimos anos, a existência de apenas um curso de doutorado, pelo longo período de 30 anos.

Tabela 5 – Classificação dos PPGs por tempo de existência (em anos)

Categorias	Tempo / Mestrado			TOTAL	Tempo / Doutorado		TOTAL
	de 0 a 5	de 6 a 10	< 10		de 0 a 5	< 10	
Pública	7	4	3	14	2	1	3
Federal	6	3	1	10	1	0	1
Estadual	1	0	2	3	0	1	1
Municipal	0	1	0	1	1	0	1
Privada	1	1	3	5	1	0	1
Particular	1	1	1	3	1	0	1
C/C/F	0	0	2	2	0	0	0
Total	8	5	6	19	3	1	4

Fonte: Dados da pesquisa

Tem sido reconhecido que uma das restrições ao maior desenvolvimento dos PPGs em Contabilidade é a existência de poucos docentes titulados, sejam eles especificamente na área ou mesmo em áreas correlatas. As tabelas apresentadas a seguir tratam especificamente desse aspecto.

Os dados da Tabela 6 apresentam a predominância de nove cursos (53%) enquadrados na faixa de 11 a 15 docentes, prevalecendo as públicas com oito IES, seis federais, uma estadual e uma municipal. Novamente fica constatada a maior estrutura das IES públicas. É possível também verificar que, no âmbito das IES privadas, o maior enquadramento encontra-se na faixa mínima exigida para credenciamento (CAPES, 2004) para os cursos de mestrado (8 docentes).

Tabela 6 – Quantidade de docentes por PPG

Categorias	8 - 10	11 - 15	16 - 20	21 - 25
Pública	2	8	1	1
Federal	1	6	0	1
Estadual	1	1	1	0
Municipal	0	1	0	0
Privada	4	1	0	0
Particular	1	1	0	0
C/C/F	3	0	0	0
Total	6	9	1	1

Fonte: Dados da pesquisa

Com relação ao gênero, a Tabela 7 mostra a maioria masculina dos docentes (78%). Das 44 presenças femininas, é flagrante a participação nos PPGs das IES públicas, com 38 (86%) registros. Merece destaque que desses, 26 (68%) estão nas federais.

A percepção de um dos autores é pela tendência de alteração desse quadro. Isso está baseado na experiência dele como docente de PPG em Contabilidade, onde constata a forte participação feminina.

Tabela 7 – Gênero dos docentes

Categorias	Feminino	Masculino	Total
Pública	38	125	163
Federal	26	80	106
Estadual	5	37	42
Municipal	7	8	15

Privada	6	39	45
Particular	3	17	20
C/C/F	3	22	25
Total	44	164	208

Fonte: Dados da pesquisa

A respeito da formação acadêmica dos docentes em nível de graduação, verifica-se (Tabela 8) que predomina a formação contábil quando analisada individualmente, com 82 registros, equivalentes a 32% do total. Em segundo plano, tem-se a presença de 49 (19%) economistas e de 46 (18%) administradores. É necessário destacar a existência de docentes com mais de um curso de graduação, tendo em vista a existência de 252 registros de cursos contra 208 docentes (Tabela 7). É importante ressaltar que, no montante, a formação docente em outras áreas suplanta a formação em Contabilidade.

A exemplo do que ocorre com outros dados dessa pesquisa, novamente deve ser destacada a predominância das IES públicas federais nesses aspectos.

Tabela 8 – Formação dos docentes: graduação

Categorias	Contabilidade	Administração	Economia	Engenharia	Outras	NI	Total
Pública	63	33	37	24	30	6	193
Federal	36	18	29	15	21	4	123
Estadual	19	10	7	9	7	2	54
Municipal	8	5	1	0	2	0	16
Privada	19	13	12	8	7	0	59
Particular	9	3	7	3	3	0	25
C/C/F	10	10	5	5	4	0	34
Total	82	46	49	32	37	6	252

Fonte: Dados da pesquisa

Do total de 209 docentes, apresentado na Tabela 9 (um docente cursou 2 mestrandos), nota-se que a maioria estás concentrada nos cursos de Contabilidade (31%), seguido dos mestres em Administração (28%). Infelizmente, incorreções no preenchimento dos *curriculum lattes* impediram que 18 registros fossem identificados de forma objetiva em relação aos cursos frequentados pelos respectivos docentes.

Novamente predomina os docentes com mestrado em Contabilidade, seguido de perto pelos administradores. Apesar de em menor proporção, os economistas e engenheiros (12%) também aparecem com números expressivos. Considera-se salutar essa distribuição mais abrangente do corpo docente, tendo em vista os positivos aspectos da

interdisciplinaridade que podem ser explorados na formação dos pós-graduados (MAC-CARI et al., 2007).

Tabela 9 – Formação dos docentes: mestrado

Categorias	Contabilidade	Administração	Economia	Engenharia	Outras	NI	Total
Pública	49	47	20	21	16	11	164
Federal	26	31	17	14	13	5	106
Estadual	17	10	3	4	2	6	42
Municipal	6	6	0	3	1	0	16
Privada	15	12	5	5	1	7	45
Particular	8	2	4	2	0	4	20
C/C/F	7	10	1	3	1	3	25
Total	64	59	25	26	17	18	209

Fonte: Dados da pesquisa

Na formação em nível de doutorado (Tabela 10), a Contabilidade está presente em 75 dos casos, equivalente a 34%, ligeiramente superior aos 33% ocorridos na formação de graduação e aos 38% do mestrado. Os dados também demonstram a forte participação dos docentes com formação em Administração, situados em 25% do total, com 52 registros, superior aos 18% verificados na formação de graduação. Também há a redução da participação dos economistas: de 19% na graduação para 13% em cursos de doutorado.

As IES públicas mantêm a predominância, contando com 164 registros de formação em doutorado (78%) contra 193 na formação de graduação (77%).

Destaca-se ser natural a maior predominância de doutores em Contabilidade dada a concentração que um curso de doutorado requer. A criação de outros cursos de doutorado vai permitir reforçar os quadros dos PPGs em geral (VENTURINI et al., 2008), inclusive potencializando a criação de novos cursos em ambos os níveis, mestrado e doutorado. Outra melhoria que também pode surgir é a menor participação de docentes com tempo parcial e compartilhado com outros cursos. Essa é uma dedução lógica que se faz tendo em vista da disponibilidade de maior quantidade de doutores em Contabilidade, uma ocorrência natural da criação de novos PPGs (Tabela 12). Trata-se, portanto, de uma evolução natural da área de conhecimento. De outra parte, entende-se que esse movimento evolutivo da área não pode provocar efeitos desfavoráveis no sentido de evitar os benefícios da interdisciplinaridade citada anteriormente.

Tabela 10 – Formação dos docentes: doutorado

Categorias	Contabilidade	Administração	Economia	Engenharia	Outras	NI	Total
Pública	55	39	19	30	17	4	164
Federal	22	30	16	22	14	2	106
Estadual	26	7	3	3	2	2	43
Municipal	7	2	0	5	1	0	15
Privada	20	13	8	4	0	0	45
Particular	9	3	6	2	0	0	20
C/C/F	11	10	2	2	0	0	25
Total	75	52	27	34	17	4	209

Fonte: Dados da pesquisa

Ainda sobre a formação acadêmica dos docentes, agora no âmbito de pós-doutorado, é interessante destacar que a área de Contabilidade é superada pelos docentes da área de Administração, e é pouco superior à Economia, conforme dados da Tabela 11.

Tendo em vista que somente recentemente houve a criação de novos programas de doutorado, a expectativa é de que essa outra restrição (falta de docentes titulados com pós-doutorado em Contabilidade) demande ainda um tempo não previsível para superação.

Tabela 11 – Formação dos docentes: pós-doutorado

Categorias	Contabilidade	Administração	Economia	Engenharia	Outras	NI	Total
Pública	6	12	6	9	33	4	164
Federal	2	9	5	3	19	2	106
Estadual	4	2	1	2	9	2	43
Municipal	0	1	0	4	5	0	15
Privada	4	3	2	1	10	0	45
Particular	1	0	1	0	2	0	20
C/C/F	3	3	1	1	8	0	25
Total	10	15	8	10	43	4	209

Fonte: Dados da pesquisa

A participação em mais de um PPG não parece ser prioridade do corpo docente, conforme atestam os dados da Tabela 12. Essa participação está situada em 14% do total e pode, por um lado, prejudicar uma maior integração entre docentes e programas. Observa-se que isso não está relacionado ao tipo das categorias administrativas das IES, dado que tanto nas instituições públicas (140 de um total de 163) quanto nas privadas (39

em 45) a participação única situa-se igualmente em torno de 86% dos respectivos totais de docentes.

A importância da integração dos programas de PPG via participação de docentes tem sido reconhecida pela Capes no processo de avaliação dos PPG, conforme enfatizado por Maccari et al. (2007). Nesse estudo de Maccari et al. (2007) é destacado, por exemplo, que, para um programa alcançar as notas máximas de 6 e 7 na avaliação da Capes, é necessário que haja uma inserção internacional dos programas, realizada pela participação recíproca de docentes, na modalidade de professor visitante ou professor colaborador. Aliás, ainda de acordo com Maccari et al. (2007), há também pela Capes incentivo a intercâmbio de alunos com programas internacionais, bem como no âmbito de programas nacionais, a elaboração de artigos e formação de grupos de pesquisa entre docentes de programas diferentes.

Tabela 12 – Docente com atuação em outro PPG

Categorias	Sim	Não	Total
Pública	23	140	163
Federal	6	100	106
Estadual	15	27	42
Municipal	2	13	15
Privada	6	39	45
Particular	3	17	20
C/C/F	3	22	25
Total	29	179	208

Fonte: Dados da pesquisa

O tempo total de magistério dos docentes também foi analisado. Os dados da Tabela 13 mostram que a maioria está na faixa de seis a 10 anos (23%) e de 11 a 15 anos (21%). Com experiência docente acima de 30 anos, têm-se apenas 12% do total.

Também neste indicador, as IES públicas são as que concentram maior tempo dedicado à carreira pelos docentes. O estabelecimento de plano de carreira e progressões nas suas diversas escalas talvez seja a principal alternativa para a atratividade e fixação do professor na carreira docente.

Tabela 13 – Tempo total de magistério

Categorias	0 - 5	6 - 10	11 - 15	16 - 20	21 - 25	26 - 30	> 30	NI	TOTAL
Pública	14	38	33	26	16	16	19	1	163
Federal	8	21	20	22	11	13	10	1	106

Estadual	5	12	9	2	4	2	8	0	42
Municipal	1	5	4	2	1	1	1	0	15
Privada	7	10	10	7	0	5	6	0	45
Particular	5	5	7	2	0	1	0	0	20
C/C/F	2	5	3	5	0	4	6	0	25
Total	21	48	43	33	16	21	25	1	208

Fonte: Dados da pesquisa

Com relação à atuação específica em PPG (Tabela 14), consistente com o tempo de existência dos programas (Tabela 5), a concentração dos docentes situa-se nas duas primeiras faixas de tempo. Até cinco anos, têm-se 112 docentes (54%) e outros 55 (27%) na faixa seguinte. Essa maior concentração nas faixas temporais mais recentes é uma consequência natural da recente criação de novos PPGs, conforme atestam os dados do Quadro 1 e da Tabela 5.

Tabela 14 – Tempo total de magistério no *stricto sensu*

Categorias	0 - 5	6 – 10	11 - 15	16 - 20	21 - 25	26 - 30	> 30	NI	TOTAL
Pública	82	47	12	9	6	4	1	2	163
Federal	54	31	7	4	4	3	1	2	106
Estadual	19	14	3	3	2	1	0	0	42
Municipal	9	2	2	2	0	0	0	0	15
Privada	30	8	3	0	2	0	2	0	45
Particular	17	3	0	0	0	0	0	0	20
C/C/F	13	5	3	0	2	0	2	0	25
Total	112	55	15	9	8	4	3	2	208

Fonte: Dados da pesquisa

Os dados da pesquisa revelam a predominância da exclusividade da dedicação às atividades acadêmicas. Os dados da Tabela 15 mostram que 95% do total dos docentes encontram-se nessa situação. Dos poucos que também têm atuação fora da academia (11 do total de 208), sete (64%) encontram-se vinculados a IES privadas. Esse é o único indicador onde prevalece a participação das IES privadas (o detalhamento das demais atividades realizadas pelos docentes está apresentado na Tabela 16).

Os dados da Tabela 15 também podem ser interpretados como a decisão pela predominância de dedicação à atividade docente, resultado da necessidade de dedicação exclusiva pelos docentes com tempo integral dedicado às atividades docentes de ensino e pesquisa.

Outra possível explicação para essa reduzida dedicação dos docentes à atividade empresarial pode ser o ingresso de alunos mais jovens nos PPGs, sinalizando a opção profissional deles pelo ingresso na docência, provocando o natural afastamento da atividade empresarial.

Tabela 15 – Docentes que exercem atividade empresarial

Categorias	Sim	Não	Total
Pública	4	159	163
Federal	3	103	106
Estadual	0	42	42
Municipal	1	14	15
Privada	7	38	45
Particular	3	17	20
C/C/F	4	21	25
Total	11	197	208

Fonte: Dados da pesquisa

Entre os 11 docentes que atuam fora do ambiente acadêmico (Tabela 15), o tempo de dedicação deles à atividade empresarial está equilibrado entre até 10 ou mais de 10 anos. Já quanto à função, prevalece a consultoria, com nove registros (81%) – Tabela 16. Entre esses 11 docentes, há predominância daqueles com vínculo com IES privadas em relação às públicas (sete contra quatro).

Tabela 16 – Docentes que exercem atividade empresarial: tempo e função

Categorias	Tempo		Função		
	Até 10	Mais de 10	Consultoria	Auditória	Outras
Pública	1	3	2	1	1
Federal	1	2	1	1	1
Estadual	0	0	0	0	0
Municipal	0	1	1	0	0
Privada	4	3	7	0	0
Particular	3	0	3	0	0
C/C/F	1	3	4	0	0
Total	5	6	9	1	1

Fonte: Dados da pesquisa

Situação diferente é encontrada quando se analisa a atividade empresarial desenvolvida no passado (Tabela 17). Nesse caso, 44% dos docentes (91 do total) confirmam

essa atuação. Desse total, e contrariamente aos dados dos docentes que atualmente exercem essa atividade, 75% deles estão vinculados às IES federais. Isso pode ser interpretado como algo positivo, pois esses docentes podem visualizar e compreender de forma mais abrangente os desenvolvimentos conjuntos de estudos integrados entre academia e empresas, bem como as relações que podem aproximar entre essas duas realidades ambientais.

Tabela 17 – Docentes que exerceiram atividade empresarial

Categorias	Sim	Não	Total
Pública	69	94	163
Federal	50	56	106
Estadual	13	29	42
Municipal	6	9	15
Privada	22	23	45
Particular	11	9	20
C/C/F	11	14	25
Total	91	117	208

Fonte: Dados da pesquisa

O tempo de titulação dos docentes, a exemplo do tempo de existência dos programas, sinaliza outros aspectos qualificadores dos PPGs, dado que um dos fatores da maturidade, experiência e consolidação é o tempo de atuação (Tabela 18). A esse propósito, nas avaliações feitas pela Capes, um dos elementos considerados no perfil dos docentes é o ano em que a titulação foi obtida (CAPES, 2004 e 2010).

Assim, no período de até três anos, têm-se 40 docentes (19%), seguidos de 47 (22%) no período de quatro a seis anos e 40 docentes (19%) com a titulação obtida entre sete e nove anos. Também neste quesito, as IES públicas, particularmente as federais, predominam.

É de se supor que em áreas mais consolidadas e com cursos criados há mais tempo, como a economia, por exemplo, os docentes devem estar situados com mais tempo de titulação. Conforme dados de CAPES (2009), a economia conta com 41 cursos de mestrado, 21 de doutorado e 12 profissionalizante, contra 17, 4 e 5 em Contabilidade, respectivamente. Novamente aqui há o reflexo da menor quantidade de PPGs em Contabilidade e do reduzido tempo de criação da maioria deles (CAPES, 2004).

Tabela 18 – Tempo de titulação de doutor

Categorias	Até 3	4 - 6	7 - 9	10 - 12	13 - 15	> 15	NI	TOTAL
Pública	24	36	33	24	13	30	4	164
Federal	13	27	21	14	10	19	2	106
Estadual	7	6	8	9	1	10	2	43
Municipal	4	3	4	1	2	1	0	15
Privada	16	11	7	2	3	6	0	45
Particular	10	6	3	0	1	0	0	20
C/C/F	6	5	4	2	2	6	0	25
Total	40	47	40	26	16	36	4	209

Fonte: Dados da pesquisa

Tem-se, por último, a análise dos docentes quanto ao país de obtenção do título de doutor, conforme Tabela 19. Há a predominância de títulos obtidos no Brasil, correspondendo a 83% do total.

Dentre os países identificados, acham-se os EUA, com 15 docentes, equivalentes a 7%, seguido da Inglaterra e da Espanha com cerca de 2% cada um. Essa maior preferência por cursos norte-americanos não é surpresa, dada a expressividade dos PPGs em Contabilidade nesse país (MURCIA, BORBA e AMBROSIO, 2007; AAA e AAPLG, 2005). Por outro lado, analisando-se esses dados sob o aspecto da integração com instituições e ambientes do exterior, constata-se que é um quesito a ser melhorado.

Tabela 19 – País de titulação de doutor

Categorias	Brasil	EUA	Inglaterra	Espanha	Outros	NI	TOTAL
Pública	133	12	5	2	8	4	164
Federal	80	12	4	2	6	2	106
Estadual	39	0	1	0	1	2	43
Municipal	14	0	0	0	1	0	15
Privada	40	3	0	2	0	0	45
Particular	17	3	0	0	0	0	20
C/C/F	23	0	0	2	0	0	25
Total	173	15	5	4	8	4	209

Fonte: Dados da pesquisa

Outra referência sobre a evolução dos PPGs em Contabilidade é a quantidade de periódicos científicos da área. Apesar da existência de periódicos editados por instituições não universitárias, é nos programas por elas oferecidos que os periódicos predominam.

O Quadro 2, apresentado na sequência, mostra que há 22 periódicos sobre Contabilidade, 15 deles editados por IES com PPG nessa área de conhecimento. Desse total de 22 periódicos, 15 estão listados no *Qualis* da área com pontuação, 5 estão dependendo de melhor classificação (atualmente estão no estrato C) e outros 2, editados desde 2009, ainda estão sem classificação.

Uma característica adicional desses periódicos é o seu recente lançamento. Observa-se no Quadro 2 que 14 do total de 22 foram criados nos últimos 10 anos e 10 nos últimos 5 anos.

Quadro 2 – Periódicos científicos em Contabilidade

Ord	Título	Instituição	ISSN	Início	Classif. Capes
1	Revista Brasileira de Contabilidade	CFC	0034-7140	1971	C
2	Revista Contabilidade & Finanças	USP - SP	1519-7077	1989	B1
3	Enfoque: Reflexão Contábil	UEM	1517-9087	1990	B5
4	Rev. de Contab. do Mestrado em CC UERJ	UERJ	1516-215X	1996	B4
5	Contabilidade Vista & Revista	UFMG	0103-734X	1998	B3
6	Contabilidade, Gestão e Governança	UNB	1984-3925	1998	C
7	Rev. Brasileira Gestão de Negócios (RBGN)	FECAP	0104-8341	1998	B3
8	Pensar Contábil	CRC - RJ	1519-0412	1998	B4
9	Revista Catarinense da Ciência Contábil	CRC - SC	1808-3781	2002	C
10	BBR – Brazilian Business Review	FUCAPE	1807-734X	2004	B2
11	BASE - Rev. Adm. e Contab. da Unisinos	UNISINOS	1807-054X	2004	B2
12	Revista Contemporânea de Contabilidade	UFSC	1807-1821	2004	B4
13	Custos e @gronegócio	UFRPE	1808-2882	2005	B4
14	Revista Universo Contábil	FURB	1809-3337	2005	B3
15	ABCustos	Assoc. B. Custos	1980-4814	2006	B5
16	Revista de Informação Contábil (RIC)	UFPE	1982-3967	2007	B4
17	Rev. de Educação e Pesq. em Contab (RePEC)	CFC	1981-8610	2007	B3
18	Revista de Contab. e Organizações (RCO)	USP - RP	1982-6486	2007	B3
19	Rev. de Admin. Contab. e Economia (RACE)	UNOESC	1678-6483	2007	C
20	Revista de Contabilidade da UFBA	UFBA	1984-3704	2007	C
21	Revista Contabilidade e Controladoria	UFPR	1984-6266	2009	-
22	Revista Ambiente Contábil	UFRN	2176-9036	2009	-

Fonte: Capes (2010); Site dos Periódicos (2010).

A análise do perfil dos periódicos também ajuda a caracterizar o estágio ainda inicial dos PPGs da área de conhecimento contábil. Consistente com o pouco tempo de existência dos periódicos, é possível observar que a classificação atribuída pela Capes à parcela significativa deles reflete o estágio ainda básico em que se encontram.

De fato, dos 12 periódicos que efetivamente pontuam em termos de produção científica, oito deles (67%) situam-se nas categorias iniciais B3 e B4 (CAPES, 2010). Configura-se, assim, que esse é outro fator de restrição ao avanço na área dos PPGs em Contabilidade que, com o tempo, precisa ser superado. Tal superação se dará com a criação de novos periódicos e da maior qualificação dos já existentes, viabilizada pela iniciativa dos PPGs e pelo cumprimento aos requisitos estabelecidos pelo *Qualis/Capes*.

É necessário salientar que algumas revistas são criadas com foco mais amplo do que somente a Contabilidade, envolvendo também as áreas de conhecimento Administração e Economia. É o caso da BASE, editada pelos PPGs de Contabilidade e de Administração da Unisinos, da BBR, editada pelo PPG de Contabilidade da Fucape, da RBGN, editada pela Fecap e da RACE, editada pela Unoesc.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar dos expressivos avanços da pós-graduação em Contabilidade no Brasil, particularmente na última década, existem sinais de que há ainda a necessidade de atender a alguns aspectos qualitativos para configurá-la como uma área amadurecida e consolidada.

É louvável o aumento do número de programas de mestrado, inclusive com mais três cursos em nível de doutorado. Além disso, há também uma sensível melhoria na quantidade de periódicos científicos listados no *Qualis/Capes*. Mesmo nesses dois indicadores, entretanto, há aspectos que merecem reparos.

Na quantidade de cursos, por exemplo, é possível observar a baixa nota atribuída pela avaliação da Capes. De fato, entre os 19 cursos recomendados de mestrados, 8 deles (42,1%) situam-se na nota 3, a mínima exigida para recomendação (CAPES, 2009 e 2010). A esse respeito, descortina-se aqui a oportunidade para novos estudos que possibilitem melhor conhecer as questões que têm impossibilitado a esses cursos um melhor posicionamento quanto aos parâmetros utilizados pela Capes. Talvez a adoção de estudos em profundidade, na modalidade de estudos de casos, que, por possibilitar a obtenção de respostas mais diretas e específicas, viabilizem avançar no esclarecimento dessas questões e indicar de ações corretivas a respeito.

Além disso, e conforme dados da pesquisa, a quantidade de cursos de mestrado ainda é insuficiente para as dimensões territoriais do Brasil e para as necessidades de maior qualificação docente da graduação. Além da quantidade reduzida, nota-se forte concentração geográfica. Quanto ao doutorado, a necessidade de outros cursos é mais acentuada ainda (LEITE FILHO e RODRIGUES, 2005; PELEIAS et al., 2007; CRUZ et al., 2009).

Outra constatação é a forte dependência de investimento público na criação dos PPGs – 14 dos 19 cursos (73,7%) são em IES públicas. Os dados sugerem pouca atratividade, talvez, ou falta de incentivos percebidos pelas IES privadas. Políticas governamentais

que motivem essas instituições pode ser uma alternativa. Além disso, será que há público suficientemente interessado em investir nesse nível de conhecimento a ponto de induzir a criação de novos cursos? Afora os fatores restritivos já destacados nesse estudo (falta de doutores na área contábil), quais seriam as outras possíveis restrições? Acredita-se que essas e outras questões poderiam ser objeto de novos estudos como forma de contribuição para melhor situar essa realidade institucional e a possibilidade da descoberta de alternativas inovadoras para superar as possíveis dificuldades.

Entende-se que o recente credenciamento de mais três cursos de doutorado, além de outros que se espera, surja em curto e médio prazos e sejam encaminhamentos que poderão reduzir a restrição da falta de maior número de docentes doutores.

Quanto aos periódicos científicos editados, nota-se a predominância de uma avaliação média com 10 deles (45%) situados nos estratos B3 e B4. Destaca-se, também, que não há nenhum periódico no estrato A1, apenas 1 como B1, 5 sem pontuação (estrato C) e 2 sem classificação. Os demais periódicos encontram-se nos estratos B2 e B5 (2 em cada),

Uma possibilidade de pesquisa em particular despertou a atenção dos autores desse estudo. Trata-se da avaliação do interesse e atratividade que os cursos de mestrado e doutorado têm provocado nos estudantes de graduação. Algumas sondagens iniciais sinalizam que há um grande descolamento entre esses dois níveis de estudo (LEITE FILHO E RODRIGUES, 2005). Essa é uma hipótese a ser testada, inclusive com a possível descoberta de iniciativas que possam viabilizar uma maior aproximação.

REFERÊNCIAS

- AFT, Larry. Evaluating higher education programs in quality. **Quality Progress**, v. 35, n. 10, p. 30-31, 2002.
- AMERICAN ACCOUNTING ASSOCIATION – AAA; ACCOUNTING PROGRAMS LEADERSHIP GROUP – AAPLG. **Supply and demand for accounting PH.D.s**. 2005. Disponível em: http://aaahq/about/reports/FINAL_PhD_Report.pdf. Acesso em: 15 out. 2009.
- ASSOCIATION TO ADVANCE COLLEGIATE SCHOOLS OF BUSINESS – AACSB. Site institucional. Disponível em: www.aacsb.edu. Acesso em: 15 out. 2009.
- AXT, Margarete. O pesquisador frente à avaliação na pós-graduação: em pauta novos modelos de subjetivação. **Psicologia & Sociedade**, v.16, n.1, p.69-85, nº especial de 2004.
- BEUREN, I. M.; BOGONI, N. M.; FERNANDES, L. Análise da abordagem da controladoria em dissertações dos programas de pós-graduação em ciências contábeis. **Revista Brasileira de Negócios**, v. 10, n.28, p.249-263, jul./dez. 2008.

BORBA, J. A.; MURCIA, F. D. Oportunidades para pesquisa e publicação em contabilidade: um estudo preliminar sobre as revistas acadêmicas de língua inglesa do portal de periódicos da Capes. **Brazilian Business Review**, v. 3, n.1, p.88-103, jan./jun. 2006.

BORGES, S. H. A importância do Ensino de pós-graduação na formação de recursos humanos para o estudo da biodiversidade no Brasil: um estudo de caso na ornitologia. **Biota Neotropica**, v. 8, n. 1, p. 21-27, 2008.

BROCKSOM, T. J.; ANDRADE, J. B. A evolução da pós-graduação em química no Brasil. **Química nova**, n. 20, especial, p. 29-39, 1997.

CARDOSO, L. C.; PEREIRA, C. A.; GUERREIRO, R. Perfil das pesquisas em contabilidade de custos apresentadas no EnANPAD no período de 1998 a 2003. **Revista de Informação Contemporânea**, v. 11. n.3, jul./set. 2007.

CARVALHO, I. C. L.; KANISKI, A. L. A sociedade do conhecimento e o acesso à informação: para que e para quem? **Ciência da Informação**, v. 29, n.3, p.33-39, set./dez. 2000.

CASTRO, R. M.; OSÓRIO, M.; LEANDRO, C. G.; KAC, G. II Fórum de coordenadores de programas de pós-graduação em nutrição no Brasil. **Revista Brasileira de Saúde e Maternidade Infantil**, v. 7, n.3, p. 235-236, 2007.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC. **Resoluções CFC 878/00, CFC 883/00, e CFC 1006/04**, Dispõem sobre o apoio, condições e critérios para apoio a cursos de mestrado e de doutorado em Contabilidade. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/Default.aspx>. Acesso em: 08 abr. 2009.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR – CAPES. Plano nacional de pós-graduação (PNPG) 2005-2010. Dez/2004. Disponível em: www.capes.gov.br/servicos/plano-nacional-de-pos-graduacao. Acesso em 27 mar. 2009.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR – CAPES. Cursos recomendados. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/cursos-recomendados>. Acesso em 28 mar. 2009.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR – CAPES. Caderno de indicadores. Disponível em: <http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudo-web/CadernoAvaliacaoServlet>. Acesso em 10 nov. 2010.

CRUZ, Claudia D.; SILVA, Roberval R.; MARQUES, Alessandra L.; SANTOS, Ruthberg. Uma análise do desempenho do curso de Ciências Contábeis no ENADE a partir do processo de raciocínio da teoria das restrições. **Revista Contabilidade UFBA**, v.3, n.3, p.33-48, 2009.

CURY, C. R. J. Quadragésimo ano do parecer CFE nº 977/65. **Revista Brasileira de Educação**, n. 30, p. 07-20, set a dez 2005.

DITTADI, J.R.; SOUZA, M.A. Práticas de gestão adotadas em instituições de ensino superior estabelecidas no estado de Santa Catarina. **Revista Espacios**, v.30, n.3, p. 17-33. 2009.

DRUCKER, P. F. **Management challenges for the 21st century**. New York, Harper, 1999.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

LEITE FILHO, Geraldo A.; RODRIGUEZ, Franco C. Atitudes e opiniões dos alunos de graduação em Ciências Contábeis quanto a cursar a pós-graduação: um estudo numa universidade pública. In: ENCONTRO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO – ENANPAD, XXIX, ANPAD, 2005. **Anais...** Brasília, 2005, CD-ROM.

LINS, M. P. Estellita; ALMEIDA, B. Faria; BERTHOLO JUNIOR, Roberto. Avaliação de desempenho na pós-graduação utilizando a análise envoltória de dados: o caso da engenharia de produção. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, n.1, p.41-56, jul 2004.

MACCARI, Emerson A. **Contribuições à gestão dos programas de pós-graduação stricto sensu em administração no Brasil com base nos sistemas de avaliação norte americano e brasileiro**. Tese (Doutorado em Administração) apresentada ao PPG em Administração da FEA/USP. São Paulo, 2008.

MACCARI, Emerson A.; ALESSIO, Eloisa M.; RODRIGUES, Leonel C.; QUONIAM, Luc. Sistema de avaliação da pós-graduação da Capes: pesquisa-ação em um programa de pós-graduação em administração. In: SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO – SEMEAD, 10, FEA/USP, 2007. Anais... São Paulo, 2007, CD-ROM.

MARTINS, E.; IUDÍCIBUS, S. 30 anos de doutorado em Contabilidade. **Revista Contabilidade & Finanças**, Edição 30 Anos de Doutorado, p. 3, junho 2007.

MINAYO, M. C. S. Pesquisadora coordena projeto de avaliação da pós-graduação em saúde coletiva. Escola Nacional de Saúde Pública, **Informe ENSP**, abril 2009. Disponível em: <http://www.fiocruz.br/ccs/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?> Acesso em: 08 abr 2009.

MORIKI, A. M. N.; MARTINS, G. A. Análise do referencial bibliográfico de teses e dissertações sobre contabilidade e controladoria. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 3, FEA/USP, 2003. São Paulo, **Anais...** São Paulo, 2003, CD-ROM.

MURCIA, F. Dal-Ri; BORBA, J. Alonso; AMBROSIO, Gracieli. Ensino e pesquisa nos Estados Unidos: algumas características dos principais programas de doutorado em contabilidade. **Revista Contabilidade & Finanças**, Edição 30 Anos de Doutorado, p.108-119, jun 2007.

OLIVEIRA, M. A pesquisa científica na ciência da informação: análise da pesquisa financeira pelo CNPq. **Perspectivas da Ciência da Informação**, v.6, n.2, p.143-156, 2001.

OLIVEIRA, M. C. Análise dos periódicos brasileiros de contabilidade. **Revista Contabilidade & Finanças**, n. 29, p.68-86, mai./ago. 2002.

PELEIAS, Ivam R.; SEGRETI, João B.; SILVA, Glauco P.; CHIROTO, Amanda R. Evolução do ensino da contabilidade no Brasil: uma análise histórica. **Revista Contabilidade & Finanças**, Edição 30 Anos de Doutorado, p.19-32, 2007.

PIETROBON, S. R. Gardacho. A prática pedagógica e a construção do conhecimento científico. **Praxis Educativa**, v.1, n.2, p.77-86, jul/dez 2006.

RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. **Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais**. In: BEUREN, Ilse M. (organizadora). Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade. São Paulo: Atlas, 2003, p.76-97.

REIS, L. G.; SLOMSKI, V.; PEREIRA, C. A.; MELLO, G. R. **A pesquisa brasileira em contabilidade do setor público**: uma análise após a implementação da lei de responsabilidade fiscal. Revista de Informação Contábil, v. 1, n.1, p.89-101, 2007.

RICCIO, E. L.; SAKATA, M. G.; CARASTAN, J. T. A pesquisa contábil nas universidades brasileiras – 1962-1999. São Paulo, 2002. Disponível em: www.tecsi.fea.usp.br/riccio/artigos/. Acesso em: 1º abr 2009.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

TAVARES, H.M.F. Pesquisa brasileira precisa de um novo perfil. **Revista Pesquisa-Fapesp**, n. 56, ago/2000. Disponível em: <http://revistapesquisa.fapesp.br/>. Acesso em: 09 abr. 2009.

VENTURINI, Jonas; PEREIRA, D.A.Diniz; BELTRAME, Raquel; NIGEL, M. Brito. Identificação e análise dos perfis dos docentes dos programas de pós-graduação em contabilidade no Brasil. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 8, FEA/USP, 2003. São Paulo, Anais... São Paulo, 2003, CD-ROM.